



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1313/15	DATA: 11/08/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 16h28min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PAULO CÉZAR AMARO AQUINO - Ex-Gerente-Executivo da Petrobras Química S.A. — PETROQUISA.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há palavra ou expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI — PETROBRAS).

Ata.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas das 38ª e 39ª reuniões e, sendo assim, indago se há necessidade de suas leituras.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Izalci solicita a dispensa da leitura da ata.

Submeto a proposta do Deputado Izalci ao Plenário. *(Pausa.)*

Dispensada, então, a leitura das atas.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco as atas em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Expediente.

Mensagem eletrônica da Dra. Carla Domenico, advogada do Sr. Fernando Francisco Brochado Heller, encaminhando requerimento de redesignação de audiência para a tomada de depoimento de seu cliente em razão da impossibilidade de acompanhá-lo na data aprazada. Justificou compromisso anteriormente marcado com a apresentação de passagens aéreas para o período de 9 a 15 de agosto. Pedido deferido. A Presidência redesignará data.

Mensagem eletrônica do Sr. Aparecido Augusto Eiras, encaminhando atestado médico e comunicando que foi submetido a processo cirúrgico para retirada de cálculo renal, encontrando-se em fase pós-operatória, com uso de cateter e em



repouso até o dia 14 de agosto de 2015. Também pedido deferido. A Presidência redesignará nova data.

Expediente da Presidência da Casa, informando o desligamento, pela Liderança do PMDB, do Deputado Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul, e indicação do Deputado José Priante, do PMDB do Pará, para suplente desta CPI.

Ofício do Deputado Alberto Fraga, colocando-se à disposição da CPI para prestar esclarecimentos a respeito das doações da campanha eleitoral de 2014, recebidas através da empresa UTC Engenharia S/A. Ressalta que não conhece e nunca manteve contato — abre aspas — *“com nenhum Diretor ou Presidente da UTC Engenharia”* — fecha aspas — e, ainda, coloca-se à disposição da Justiça em relação à quebra de seus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Atendendo a solicitações da Presidência, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello e Teori Zavascki, agendaram audiências para receber os membros da CPI que tratarão de assuntos atinentes aos trabalhos desenvolvidos na Comissão. As audiências ocorrerão respectivamente nos dias 12 de agosto, às 19 horas, e 20 de agosto, às 18h30min. Solicitam os Ministros que seja informado o número de Parlamentares que se farão presentes aos encontros.

Ofício do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal em resposta ao Requerimento nº 347/2015, de autoria do Deputado Aluísio Mendes, aprovado pela Comissão, que requer a relação de todos os delegados federais que atuaram na Operação Lava-Jato. O ofício encontra-se na Secretaria da CPI à disposição dos Parlamentares.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimento dos senhores: Paulo César Amaro Aquino, ex-Gerente-Executivo da petroquímica PETROQUISA, convocado pela aprovação do Requerimento nº 725/2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes; Fernando Francisco Brochado Heller, Presidente da TOV Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda., convocado pela aprovação do Requerimento nº 755/2015, de autoria também do Deputado Altineu Côrtes, e José Aparecido Augusto Eiras, ex-Gerente-Geral do



Banco do Brasil no Paraná, convocado pela aprovação do Requerimento nº 751, de autoria do Deputado Altineu Côrtes.

Considerando a ausência justificada dos depoentes Fernando Francisco Brochado Heller e José Aparecido Augusto Eiras e após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o Sr. Paulo César Amaro Aquino será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Convido, pois, o Sr. Paulo César Amaro Aquino para tomar assento à mesa. O Dr. Manoel Alvim comunica que ele já está a caminho.

Também acabamos de receber aqui uma comunicação do Deputado Onyx Lorenzoni, um atestado médico: *“Atesto, para fins de afastamento do trabalho, que o paciente Deputado Onyx Lorenzoni, pelo período de 11 a 21 de agosto de 2015, está em tratamento ortopédico e fisioterápico, por apresentar hérnias discais lombares. O referido paciente deverá permanecer em repouso e em tratamento fisioterápico intensivo. Porto Alegre, 11 de agosto de 2015”*.

Já com a presença do Sr. Paulo César Amaro Aquino à mesa, registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaímos sob a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto, ainda, que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.



Com a palavra o Sr. Paulo César Amaro Aquino, pelo tempo de até 20 minutos.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Boa tarde à Mesa, boa tarde Srs. Deputados e Sras. Deputadas! Como já foi dito, o meu nome é Paulo César Amaro Aquino, eu sou geólogo de formação, formei-me na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, no ano de 1980. Ingressei na PETROBRAS em fevereiro de 1981, no distrito de exploração da Bacia de Potiguar, onde trabalhei por 15 anos como geólogo e assumi as primeiras funções de gerência de reserva, de reservatório, naquele local. Em 1996, eu fui transferido para a exploração e produção da Amazônia, que era sediada na cidade de Belém, como Gerente-Geral da unidade. Permaneci lá por 3 anos, sendo transferido para a BRASPETRO em 1999. A BRASPETRO era a empresa da PETROBRAS que atuava no exterior. Na BRASPETRO, chegando em 1999, em setembro eu fui nomeado Gerente-Geral da Unidade de Exploração e Produção da PETROBRAS na Colômbia, sediada na cidade de Bogotá, onde permaneci por 5 anos e meio. Retornei ao Brasil, no ano de 2005, voltando para o Rio de Janeiro. Nesse ano de 2005, eu permaneci na área internacional da PETROBRAS, porque a BRASPETRO tinha sido extinta e tinha sido criada a Diretoria Internacional, onde permaneci até outubro, quando fui designado assessor da Presidência da PETROBRAS para a cadeia integrada do gás natural. Essa função era uma função para consolidar informações sobre todos os projetos de gás natural que estavam ocorrendo, tanto eles, da prospecção na área de AIP, como o acompanhamento da execução e do andamento dos projetos de instalação da malha dutoviária. Era uma função de coordenação, de agregação de informações; não era uma função executiva. Em julho de 2006, eu retornei para a área internacional onde assumi a Gerência-Geral de Estratégia e Planejamento, na Gerência-Executiva Corporativa. Em fevereiro de 2008, eu fui designado Gerente-Executivo Corporativo da área internacional. Em seguida, em abril de 2008, eu fui designado Gerente-Executivo da Área de Petroquímica da Diretoria de Abastecimento. Um mês e pouco depois, eu fui nomeado Presidente da PETROQUISA. Essas duas funções, na realidade, eram a mesma, porque a área de gerência-executiva de petroquímica cuidava também da PETROQUISA. Só que a PETROQUISA, como uma empresa 100% PETROBRAS, tinha um CNPJ e uma



configuração de estrutura que tinha a sua Presidência, os seus Diretores, mas todos atuávamos dentro da área de abastecimento com a Gerência-Executiva de Petroquímica. Vale ressaltar que a principal função da Gerência-Executiva de Petroquímica, da área de abastecimento, era a administração do portfólio de participações das empresas petroquímicas. E fortemente, na época, nesse período de 2008 até metade de junho de 2012, onde lá permaneci, o grande desafio era viabilizarmos, na sociedade, as participações e a sociedade, principalmente no que diz respeito ao COMPERJ, termos sócios para a segunda geração e a implementação das unidades segunda geração, principalmente para as empresas lá se estabelecerem. A Gerência-Executiva de Petroquímica não tratava de contratações, nem de seleção de empresas para a execução de obras, coisas dessa natureza. Era simplesmente muito forte nessa parte de acompanhamento das participações da PETROBRAS na área petroquímica. Algumas funções, no início, em 2008, até 2009, início de 2010, certamente toda a alocação de recursos para o desenvolvimento, principalmente da obra do COMPERJ, ficaram lá por uma questão de que, no plano de negócio da PETROBRAS, há necessidade da área de negócio definir onde os recursos ficarão alocados, mas a execução do projeto em si é pela área de engenharia com o recurso sendo previsto anualmente. Uma das funções da Gerência-Executiva era garantir que os recursos existiriam para os projetos andarem. No final de 2009, início de 2010, foi criada a Gerência-Executiva de Programas de Investimento. E aí, sim, dentro da área de abastecimento, essa gerência acompanhava a implantação e a gerência de engenharia executava os projetos. Bem, permaneci nessa Gerência-Executiva, como eu disse, até meados de 2012, metade de 2012. Em julho de 2012, eu fui designado Gerente-Geral na área de engenharia de produção e desenvolvimento da área internacional. Ali permaneci até outubro desse mesmo ano de 2012, quando fui nomeado Gerente-Executivo Corporativo Internacional. Nesse mesmo mês de outubro, a Diretoria Internacional, que era comandada pela ex-Presidente Graça Foster, me nomeou como Gerente-Executivo da América Latina. Aí eu permaneci até final de 2013, novembro de 2013, onde foi reestruturada a área. Eu saí da Gerência-Executiva e fui alocado no plano de realocação de executivos, onde permaneci até o mês passado, quando me aposentei da PETROBRAS. Aposentei-me em 31 de julho deste ano. Era isso



que eu tinha a comentar sobre o meu tempo de PETROBRAS. Fico à disposição dos senhores e das senhoras para o andamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Sr. Paulo César Amaro Aquino e passo a palavra ao Relator Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Como tenho feito, essa é uma iniciativa do Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator desta Comissão para a área de refinaria. Então, passarei para que ele possa ser o primeiro a fazer as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - O senhor se aposentou no último mês de julho, mês passado, dia 31. Como o senhor vê a delação premiada do Paulo Roberto Costa relativa à propina de 5 milhões de reais que ele levava para vender nafta mais barato? O senhor, tendo feito parte do time dele, tendo sido indicado por ele, sabia dessa propina?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor, Deputado. Eu não sabia disso. Soube através da imprensa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - O senhor não desconfiava que o preço era mais barato, que dava prejuízo à PETROBRAS? O senhor sabia que o preço era mais barato e que dava prejuízo à PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor, Deputado. A área de comercialização, de fornecimento de derivados não era dentro da área de petroquímica. Era, e ainda é, a Gerência-Executiva de Marketing e Comercialização.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Quando o senhor foi indicado para Gerente-Executivo da área petroquímica, o senhor foi indicado pelo Paulo Roberto Costa?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - As indicações na PETROBRAS são através do Diretor da área, e o Diretor Paulo Roberto Costa foi quem levou a minha indicação à Diretoria-Executiva.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - E qual era o seu relacionamento com ele? Porque para te indicar, ele tinha que confiar em você. Então, ele levava uma propina, e você não sabia?



**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor. Eu não sabia. Eu conheci o engenheiro Paulo Roberto Costa nos anos 90. Como eu disse aqui, eu fui designado Gerente-Geral na área de exploração e produção da Amazônia, no ano de 1996, e, nessa mesma época — no ano de 1995 houve uma grande reestruturação na PETROBRAS, foi criada a Diretoria de Exploração e Produção —, em 1996, quando eu assumi a Gerência-Geral da Exploração e Produção na Amazônia, o Paulo Roberto Costa foi indicado a Gerente-Geral da Exploração e Produção do Sul, que era situada — não me lembro bem — em cidade de Santa Catarina, onde ele era Gerente-Geral. Então, nessa mesma época, nós fomos contemporâneos de administração das unidades de gerência-geral, eu na Amazônia, ele lá. Então, tínhamos contato sobre a mesma Diretoria, a Diretoria de Exploração e Produção. Então, eu o conheci, como os vários colegas de exploração e produção.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Na época em que o senhor era Gerente-Executivo da área petroquímica, como era a composição do mercado petroquímico? Que empresas faziam parte do mercado petroquímico?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Bem, nessa época, Deputado, havia... Foi interessante, porque, em 2008, foi consolidado um grande movimento que veio desde 2006, 2007 — não me recordo bem a data —, mas, provavelmente, desde 2007, onde houve uma grande reorganização do mercado. Estrategicamente, no plano estratégico da PETROBRAS, a PETROBRAS detinha, tanto ela quanto a PETROQUISA, muitas participações em várias empresas. O plano estratégico da PETROBRAS previa que houvesse uma diminuição dessas participações, concentrando em grandes empresas com capacidade de competição e capacidade de fazer frente ao mercado internacional. Diga-se de passagem, o próprio CADE reconhece que o mercado petroquímico não é nacional e, sim, internacional pela sua abrangência. É uma característica da indústria. A partir de 2005, 2006 — 2006 principalmente —, houve um grande movimento na área petroquímica internacional onde a verticalização e a conformação de grupos mais robustos começaram a existir frente à grande concorrência que havia. Bem, o mercado, em 2008 — como eu estava dizendo —, dentro da estratégia da PETROBRAS, era consolidar suas participações em empresas com capacidade de investimento. Daí foi criado a Quattor, que foi uma sociedade entre a PETROBRAS e a UNIPAR, sendo a UNIPAR



controladora com 60%, e a Petrobras PETROQUISA com 40%. Os ativos do Sudeste que a Petrobras PETROQUISA tinha foram aportados e a troca de ações conformou a Quattor e o movimento também com a Braskem, em que a PETROBRAS, os seus ativos no Nordeste e no Sul também consolidaram dentro da Braskem. A ideia era ter duas grandes empresas com capacidade de competição, com capacidade de atuar no mercado. Fora isso, a PETROQUISA ainda tinha algumas participações em outras empresas, como a Deten Química, na Bahia, a Petrocoque, também em São Paulo, e uma ou duas mais que não me recordo bem aqui. Mas o grande movimento, principalmente na indústria, é a conformação dessa consolidação para ter empresas robustas e com capacidade de competição.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor foi chamado para depor em algum momento da Operação Lava-Jato?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor participou de uma reunião ou de alguma reunião com Paulo Roberto Costa, com o Sr. Auro Gorentzvaig, em algum momento?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, eu tive uma reunião — não me lembro se era o Auro ou o irmão do Auro — com o Boris, o Sr. Boris Gorentzvaig — eu não me lembro se era o Auro que estava junto — com o Sr. Paulo Roberto Costa e mais um diretor da PETROQUISA, em uma reunião onde o Sr. Boris colocou — isso foi lá na PETROBRAS — que um litígio... Quando eu cheguei, em 2008, à Petroquímica, já havia um litígio de mais de 23 anos entre a PETROQUISA e a PETROPLASTIC, empresa de propriedade da família Gorentzvaig, sobre a Petroquímica Triunfo. Essa reunião, o propósito, primeiro, era eu me apresentar, porque eu estava chegando à área de petroquímica, e o Sr. Boris, com o seu filho — volto a dizer que eu não me lembro exatamente qual deles era —, colocando a intenção de como poderia ser resolvida a situação da briga jurídica, vamos chamar assim, entre PETROQUISA e PETROPLASTIC, no sentido de se conseguir um caminho alternativo. Bem, nessa reunião, eu me lembro, como eu estava chegando à área, foi dito que todas as possibilidades, em termos de negociações, estavam sendo colocadas pela PETROQUISA, junto aos seus advogados e junto ao juízo, tanto em Porto Alegre quanto em São Paulo, com a



família Gorentzvaig e que a solução passava por esse entendimento. Foi um encontro que não durou muito mais do que 15 minutos e foi um encontro que eu me lembro de estar com eles. Posteriormente, o Sr. Auro teve um encontro comigo e a nossa Gerente Jurídica da PETROQUISA, na sede da PETROQUISA, na Avenida Chile. Foi o encontro que eu tive com o Auro Gorentzvaig.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O Sr. Auro veio depor aqui nesta Comissão. Ele afirmou que, a mando do Paulo Roberto Costa, o Presidente Lula havia determinado ao Paulo Roberto Costa harmonizar o mercado petroquímico nacional. E ele foi procurar o senhor, na PETROBRAS, para essa reunião. Isso é verdade?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - É verdade. Ele esteve comigo. Foi essa segunda reunião a que me referi. Ele esteve lá, eu estava acompanhado da nossa Gerente Jurídica, e ele me disse que havia participado de uma reunião com o ex-Presidente Lula, com o ex-Diretor Paulo Roberto Costa — eu não me lembro se tinha mais alguém nessa reunião, não sei precisar —, e que teria sido dito a ele que a família, ou ele ou alguém da família, sei lá, um representante da PETROPLASTIC, voltaria ao Conselho de Administração da Triunfo e que teria sido dado um recado para que fosse harmonizado — foi a palavra. O que eu lhe respondi, junto com a nossa Gerência Jurídica, é que todos os direitos que ele tivesse, com todas as condições que nós estávamos estabelecendo junto aos nossos advogados, com as ações que ele vinha movendo contra a PETROQUISA, seriam respeitados, e que ele procurasse a via normal. Eu não teria como aceitar ou ouvir algum tipo de solicitação vindo de um possível encontro, o qual não me foi relatado por Paulo Roberto Costa, nem por ninguém — não me foi dito que haveria esse encontro, tampouco nenhuma orientação —, e que eu não podia assumir nenhum compromisso frente a algo conversado, que não fosse por meio de documentos, ou da nossa presença em um ato juridicamente respeitado pelas partes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Qual o relacionamento do senhor com a Sra. Venina Venosa?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Conheci a Venina Venosa, também geóloga, na exploração e produção da Amazônia, quando lá fui Gerente-Geral, e ela foi nomeada por mim como Gerente de Segurança, Saúde e



Meio Ambiente. Posteriormente, fomos contemporâneos por esse tempo lá, antes de 1999, quando eu fui para a BRASPETRO e a Venina veio para o Rio, foi trabalhar na área de gás. Eu, aí, não tive muito mais contato com ela. E quando retornei, em 2008, fui para a Gerência-Executiva da Petroquímica, ela era Gerente-Executiva Corporativa do Abastecimento, e lá convivemos por um tempo, não lembro exatamente em que ano, até ela ir para Cingapura, nomeada como gerente lá. Posteriormente ela fez um curso lá. Não me lembro exatamente do ano, se foi em 2010 ou 2011.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - De que forma o senhor esteve envolvido, se esteve, na questão de um contrato em que ocorreu um superfaturamento de 272% na construção da CAFOR, pela Alusa? O que aconteceu nesse assunto?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, esse contrato, pelo que o senhor está me dizendo, deve ser referente à Refinaria Abreu e Lima, que não era a minha área.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor trocou uns *e-mails* com a Sra. Venina sobre esse assunto?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - A Venina, na época, enviou um *e-mail*, recopiando e copiando, acho, aos demais gerentes-executivos, alertando que ela estava percebendo um aumento. Eu não me lembro exatamente da redação.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Saiu uma matéria na *Folha de S.Paulo*.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - É. Eu não me lembro exatamente da redação, mas ela alertava que havia um aumento de preço e ela, pessoalmente, conversou conosco, com alguns gerentes, que havia isso. Nós conversamos com a área de engenharia. Como eu disse anteriormente ao senhor, aqui me expressei, a área de petroquímica em si não fazia contratações. Ela não tinha *expertise* nem capacidade para isso, nem seleção de empresas, conhecimento de preços e, principalmente, licitações. A área de petroquímica não tinha a condição de fazer essas coisas. Nós alertamos, na época. A Venina, eu acho, trabalhava com as Refinarias Premium e essa Refinaria Abreu e Lima...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É. Abreu e Lima. Houve uma troca.



**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - É. E aí foi dito. E essa troca de e-mails, em que ela me copiou, na realidade copiou junto com outros... Posteriormente, ela teve uma discussão com a área de engenharia sobre o tema. A partir daí, eu não tenho mais notícias, exatamente, do que foi colocado. A grande discussão era um mercado muito aquecido, em que os preços e as contratações estavam nos seus limites, na época.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Nós estamos observando, agora, com a Operação Lava-Jato, com esse trabalho exemplar da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do Dr. Sérgio Moro, que a corrupção na PETROBRAS era generalizada. Na semana passada, foram apontados contratos de serviços superfaturados e já foram apontados diversos indícios de superfaturamentos, ou de pessoas e empresas beneficiadas na área petroquímica.

Vou fazer uma pergunta ao senhor: o senhor já fez algum voo comercial, quer dizer, comercial seria comercial. O senhor já voou em algum avião de empresário ligado à PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - De empresário... Eu voei em — não me lembro do ano exatamente — 2010, eu voei junto...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Nos últimos anos? Agora?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, eu voei junto com alguns outros executivos da PETROBRAS, de Recife ao Rio de Janeiro, num avião da Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Odebrecht.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - E esse avião veio de Recife para o Rio de Janeiro, onde nós fomos inaugurar o início da planta da Petroquímica Suape, com a presença do ex-Presidente Lula. No final do evento, nós voltamos, entre aspas, “de carona”, nesse avião, para o Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor acha que, numa empresa pública que mantém mesmo uma parceria com uma empresa privada, é lícito o senhor voar num avião de um empresário — já que o senhor pode, de certa forma, no seu cargo, beneficiá-lo ou não —, ter esse tipo de intimidade?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, no caso específico, eu não vi nenhum tipo de conflito, tendo em vista que nós voamos no sentido de



adiantar o tempo, que a cerimônia demorou mais, e, como eu disse, vieram outros integrantes da PETROBRAS. Sinceramente, não vi conflito.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O Paulo Roberto Costa estava junto?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, não estava, não estava.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor já esteve quantas vezes com o Marcelo Odebrecht?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Com o Marcelo Odebrecht eu devo ter encontrado, em reuniões, umas duas, três vezes, não mais do que isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor sabe que o cargo que o senhor ocupou na área petroquímica, e toda a experiência do senhor, de longa data... O senhor citou aqui diversos cargos. O senhor foi Presidente da PETROQUISA, Gerente-Executivo da área petroquímica, com uma larga experiência, foi Gerente-Executivo Corporativo Internacional da América Latina. Enfim, o senhor foi, na realidade, depois do Paulo Roberto, o número 1 da área petroquímica. Ele se reportava ao senhor.

Na realidade, como eu disse, na PETROBRAS existe uma corrupção que se generalizou na empresa. A área petroquímica hoje... Eu não sei se, possivelmente, a décima oitava fase da Operação Lava-Jato seja para prender aqueles que roubaram dinheiro público na área petroquímica, porque não se pode dizer que não aconteceu. A Odebrecht está envolvida até o pescoço com o que está acontecendo e é a maior acionista da Braskem, que é a maior beneficiária da condução da área petroquímica da PETROBRAS. Então, é uma situação muito delicada.

Eu perguntei ao senhor como via a questão da venda mais barata da nafta. O senhor não sabia. E, por exemplo, as transações de compra das petroquímicas, no caso, a Suzano Petroquímica? Já foi dito, inclusive por pessoas da Suzano, que eles reconhecem que o preço era mais alto. O Auro Gorentzvaig esteve aqui e disse que a Suzano fez um excelente negócio e que se ele fosse a Suzano também venderia mais alto. E eu disse para ele: *“Você poderia vender, a PETROBRAS é que não poderia comprar, porque ela não pode, com o dinheiro público, pagar mais caro”*. Ela não pode pagar mais caro, senão ela está comprando superfaturado.



Sabemos que o valor, na Bolsa de Valores, das ações da Suzano era 1 bilhão e 200 milhões de reais. Ela foi comprada por 4 bilhões e 100, contando com a dívida que foi assumida, no caso da Quattor. Como o senhor vê essa operação? Essa operação, para o senhor, é normal?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, eu não tenho elementos para julgar essa operação, porque ela ocorreu em 2007, e quando eu assumi, em 2008, essa operação já havia ocorrido e os ativos já faziam parte da PETROQUISA. Eu não tenho elementos para fazer esse julgamento. O que eu tenho são informações que me disseram que ocorreu, que essa operação foi analisada pelo CADE, pelos órgãos públicos, inclusive o TCU, e foram emitidos pareceres de acordo. Agora, eu não tenho elementos, eu não posso fazer o julgamento. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Com a sua experiência, o senhor não pode dar essa opinião?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, porque eu...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pois não.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, desculpe. Eu não tenho.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Agora, o curioso é que além de a PETROBRAS pagar, porque isso aqui... Eu considero, Sr. Paulo, que as delações premiadas são muitas. Esse assunto está muito amarrado, porque vão pegar as outras coisas que estão acontecendo. Então, eu não tenho dúvida de que — espero — vão pegar o restante dessa quadrilha que está assaltando a PETROBRAS e também espero, na realidade, que tenha uma fase da Operação Lava-Jato destinada à área petroquímica, porque essa compra do Grupo Suzano por 4 bilhões e 100 milhões de reais, quando o preço das ações na Bolsa era de 1 bilhão e 200 milhões, dá uma diferença de 2 bilhões e 900 milhões de reais. É maior do que Pasadena; é muito maior do que Pasadena.

E o curioso é que depois disso era entregue à Braskem, sempre era assim. No caso da Triunfo, a Triunfo ofereceu 377 milhões de reais por 85% das ações, porque ela tinha o direito de fazer essa oferta. A PETROBRAS não topou, depois vendeu para a Braskem por 150 milhões. E, agora, nesse caso, 90 dias depois dessa



aquisição, e V.Sa. não estava presente na aquisição, mas eu quero que V.Sa. me explique como é que foi a venda para a Braskem depois.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, permita-me só uma correção. Esses 355 milhões foram a oferta que a PETROQUISA fez à PETROPLASTIC pela venda das suas ações.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Por 85%?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Por 85%.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E depois foi vendido por quanto para a Braskem?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Nós fizemos essa oferta em juízo, demos um prazo, e os advogados da Família Gorentzvaig depois declinaram, dizendo que não havia condições financeiras pra eles aceitarem a proposta de 355. Esses 355 milhões de reais, à época, em 2007, foram avaliados como sendo uma... Em 2007, foi assinado um acordo com a Braskem, em que nós faríamos a incorporação dos nossos ativos na Braskem para aumentar a participação da PETROBRAS na PETROQUISA. Foi feita através do Banco Santander uma avaliação, e a Petroquímica Triunfo valia na ordem de quatrocentos e alguma coisa milhões — total — e a Braskem, à época, 13 bilhões, alguma coisa dessa natureza. Bom, o fato é o seguinte: o Banco Santander fez uma análise, e nós propusemos troca de ações entre as empresas, assim que houvesse a solução do conflito. Essa troca de ações foi certificada pelos bancos, onde uma ação da Braskem valia cinco ações da Petroquímica Triunfo. Quando fizemos essa oferta à Família Gorentzvaig de 355 milhões, eles não a aceitaram. E, posteriormente, com a crise mundial, em 2008, as petroquímicas como um todo tiveram uma desvalorização muito grande. E esse valor de 355 é o valor econômico da empresa. O que significa isso? Significa que, além dos ativos, prevê-se o futuro de caixa que essa companhia pode gerar. Por isso, esse valor de 355 milhões. Quando foi feita a operação efetiva, que depois que o acordo de acionistas com a PETROPLASTIC não valia mais, e a PETROQUISA pôde ficar com as ações e passou-as à Braskem, o valor que a Petroquímica Triunfo já tinha era de 255 milhões, pela mesma metodologia, tendo em vista o mercado que caiu. E a Braskem também caiu o seu valor, e a troca de ações permaneceu no mesmo patamar: cinco para um. Bem, com essa troca, a



Petroquímica Triunfo foi incorporada à Braskem. Só que, quando você incorpora uma empresa, essa operação tem que ser em valor contábil. Então, o que foi colocado no balanço da Braskem foi o valor contábil da Petroquímica Triunfo, que era de 117 milhões de reais. O valor contábil simplesmente é o patrimônio líquido da empresa, não prevê caixa futuro e não prevê o que é valor econômico. Por isso, talvez, é que tenha havido essa confusão de números. E todo esse valor foi certificado pelos bancos, tanto os bancos consultados pela PETROQUISA como os bancos que assessoraram a própria Braskem. Essa operação também foi analisada pelo CADE, foi analisada pelo Ministério Público Federal de São Paulo, pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, e todos eles certificaram como uma operação dentro dos padrões aceitáveis e dentro do princípio econômico para as empresas.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu já concluí, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Queria pedir a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra como Líder agora, porque eu estou muito preocupado e queria compartilhar com os nossos pares aqui da Comissão o seguinte: nós iniciamos o mês de agosto com uma imensa crise política. A Operação Lava-Jato está em pleno auge, inclusive com novas delações premiadas, etc. E eu



percebo que a nossa pauta, sem nenhum desrespeito ao Deputado Altineu Côrtes e ao depoente Paulo César Aquino, nós temos tanta coisa para pautar aqui, Sr. Presidente, nós temos tantos requerimentos deliberados, que teriam um foco, que teriam uma repercussão grande aqui na CPI, que nós já colocamos várias vezes não só empreiteiros, delatores, como políticos. Afinal, nós temos 30 pessoas, ou 40 políticos com mandato que estão de alguma forma implicados na Lava-Jato, e nós não chamamos nenhum para depor aqui ainda.

Na semana passada, nós tivemos um embate aqui, Sr. Presidente, porque a empresa Kroll foi contratada pela CPI, e, depois de muita pressão e contrapressão, resolveu-se abrir o trabalho da Kroll, que eu esperava que fosse em cima de uma reunião nesta semana. Mas como V.Exa. é o Vice-Presidente, e o Presidente não está aqui para responder, não sei se V.Exa. tem essa resposta. Eu quero discutir a questão da Kroll. Pensei que iria ter uma prestação de contas da Kroll sobre o trabalho, pago com dinheiro público, que nós contratamos da Kroll.

Então, por que nós não chamamos aqui um Jayme Careca, um Adarico Negromonte? Por que nós não insistimos em trazer pessoas que estão aí na ordem do dia? Por que a CPI não toma iniciativa e dá uma demonstração para fora de que ela pode cortar na própria carne, ou seja, que o Congresso Nacional quer investigar, inclusive os acusados que são detentores de mandato?

Nós temos mais dois convidados que não vieram. Na quinta-feira, nós temos o Sr. Lucas Pace e outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Mais dois.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mais dois. Nós ouvimos lá em Curitiba esse assunto com a doleira Nelma Kodama. Sinceramente, nessa altura dos acontecimentos, esses nomes não são centrais na investigação da PETROBRAS, entende? E o tempo passa, entende? Nós temos que dar dimensão a esta Comissão, nós temos que dar dimensão a ela. Nós não ouvimos nenhum daqueles maleiros, doleiros, como o Sr. Lúcio Funaro, que poderiam ser ouvidos, sendo altamente esclarecedor para esta Comissão. E não se traz, entende?

Então, eu não sei. Eu acho que existe uma imensa paralisia, inclusive a questão da Kroll eu estava esperando que fosse esta semana. Inclusive eu recebi um informe da minha assessoria de que nós teríamos uma reunião com o Ministro



Teori Zavascki na quinta-feira. Eu não sei, não foi socializado para a Comissão qual seria o objetivo também de nós termos esse diálogo com o Ministro, que é o Relator do processo. Gostaria de saber, até porque a Procuradoria-Geral da República, ao que nos conta, está às vésperas de entrar com um processo mais amplo, implicando muito mais gente.

Então, eu sinto, Sr. Presidente, que nós estamos numa CPI que está se esvaziando, temo que ela se desmoralize politicamente, e nós não conseguimos aprovar aqui e trazer pra cá pessoas que estão no foco, estão no centro dos acontecimentos. E a CPI poderia trazer uma grande contribuição para o esclarecimento geral, sem prejuízo de reuniões setoriais das Subcomissões, mas nós estamos em plena terça-feira, dia de CPI, quente, dia quente de CPI. Então, eu não sei se V.Exa. pode me fornecer elementos sobre a pauta aprovada pela Presidência e pela relatoria relativa à sequência dos convocados que a CPI tirou em cima das dezenas ou centenas de requerimentos que já aprovamos nesta Casa; segundo, a questão da Kroll; terceiro, a reunião com o Ministro Teori Zavascki; e quarto, eu acho que a gente tinha que colocar na pauta a convocação e a quebra de sigilo de pessoas com mandato, porque esse também é o papel da CPI.

Então, queria ouvir V.Exa. sobre isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente, que nos dá uma oportunidade para que a gente possa prestar algumas informações, até porque eu tenho mantido contato permanente com o Presidente da CPI, Deputado Hugo Motta, que hoje não pôde comparecer, por impedimento de natureza pessoal.

Ontem ele me ligava, já durante a tarde, solicitando a minha presença aqui, porque estava com uma questão importante e não poderia comparecer hoje aqui durante a sessão. Mas S.Exa. deve estar chegando hoje à noite.

Com relação a esta semana, Deputado Ivan Valente, ficou decidido que nós iríamos fazer um intensivo trabalho com respeito à questão da lavagem de dinheiro: operação de corretoras, operação de gerências de banco, controles de envio de dinheiro para fora do Brasil — como, aliás, foi dito no depoimento lá em Curitiba. Vários Deputados aqui presentes estavam lá e verificaram essa necessidade, em razão dos depoimentos da doleira Nelma Kodama; da operadora Iara, chamada de



“Cabelinho” — ambas já condenadas pela Justiça brasileira —; e também do próprio doleiro Alberto Youssef. Eles detalharam essas operações, mostrando as fragilidades nos controles relativos à remessa de dinheiro sujo para fora do Brasil. Por exemplo, empresas fantasmas eram constituídas e, através das corretoras, de operadores, com a conivência de bancos e também em função das fragilidades desses controles, faziam a remessa de dinheiro para fora do Brasil, dinheiro sujo, simulando compras de mercadorias. E sequer era verificada a existência dessas compras, *a posteriori*, feitas por essas empresas fantasmas ou mesmo se essas mercadorias teriam sido realmente compradas.

Há inclusive a indicação de que essa mesa de operação, que teria trabalhado — como certamente trabalhou — enviando dinheiro do petrolão para fora do Brasil, teria também operado com dinheiro do narcotráfico. Inclusive o Deputado Aluisio Mendes, que conhece bem as operações dentro da Polícia Federal, teve também essa percepção, assim como outros companheiros.

Então, a ideia desta semana, Deputado Ivan, seria exatamente intensificar as investigações sobre essa questão.

Hoje tivemos a infelicidade de não contar com dois depoentes, que aqui se justificaram. V.Exa. não havia chegado, mas durante a abertura dos trabalhos foi justificada a ausência pela advogada e também pelo médico, que apresentou um atestado e afirmou que um deles não poderia comparecer.

Com relação à Kroll, o Presidente Hugo Motta reiterou a mim ontem que, durante esta semana, muito provavelmente amanhã, vai fazer um encontro dos Deputados para dar o *status* das fases da Kroll, dos avanços da Kroll. Mas eu posso até adiantar: na primeira e na segunda fase, sobre as quais tivemos conhecimento dos avanços nas investigações da Kroll — e V.Exa., inclusive, estava também participando dessa reunião ao lado de outros companheiros membros da CPI —, foi dito que havia indícios fortes da existência de bens patrimoniais em alguns países, bens daquelas pessoas investigadas. O fato é que nem todos sabem quem são essas pessoas investigadas. Na verdade, dentro da CPI, com certeza, o Presidente Hugo Motta e o Sub-Relator André Moura.

E também o Presidente Hugo Motta me dizia que a fase seguinte sequer foi iniciada.



Então, houve muita especulação de que houve avanço, mas, na verdade, não teria havido avanços. Mas o Presidente Hugo Motta, certamente, Deputado Ivan Valente, vai anunciar o momento de a gente fazer essa nova reunião, até para compartilhar as informações com respeito ao trabalho da Kroll.

Com relação às audiências com os Ministros Celso de Mello e Teori Zavascki, também foi dito aqui as dificuldades que a CPI tem tido com o propósito de avançar porque, às vezes, temos sido surpreendidos — aliás, não digo que a gente tem sido surpreendido, porque ninguém pode se surpreender com decisões do Supremo — com decisões que têm dificultado o avanço das tarefas da CPI com relação à presença de depoentes e até mesmo com relação ao compartilhamento de informações. É esse o propósito: que a gente tenha essa audiência tanto com o Ministro Teori Zavascki quanto com o Ministro Celso de Mello. Com o Ministro Celso de Mello, a audiência está marcada para amanhã, às 19 horas. Inclusive, o Ministro Celso de Mello e o Ministro Teori Zavascki pedem que a gente informe com antecedência quais Deputados têm interesse em participar desta audiência. Mas está programada para amanhã e, certamente, vai ser uma boa oportunidade para tirar algumas dúvidas e também colocar algumas inquietações que a CPI está tendo, porque tem sido frustrante.

Na última sessão, na última semana do semestre passado, nós teríamos aqui acareações que certamente iriam contribuir bastante para o avanço das investigações, mas a gente foi, até certo ponto, impedido de fazer as acareações por conta de decisões do Supremo. Então, é exatamente isso o que está ocorrendo.

Com relação à próxima semana — embora eu não tenha condições de afirmar —, o propósito inicial seria certamente recuperar as duas audiências de hoje, dando sequência à questão da Operação Lava-Jato e também fazer as acareações, uma solicitação reiterada do Deputado Onyx Lorenzoni — refiro-me à acareação entre o Alberto Youssef e o Paulo Roberto Costa. Também há outra acareação, mas não tenho agora os nomes dos que seriam convocados para essa acareação na próxima semana.

São esses os esclarecimentos. Não sei se V.Exa. estaria satisfeito.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, eu entendo a preocupação de V.Exa. Mas eu queria colocar o seguinte: usando o exemplo da Kroll, acho que



toda a CPI tinha a impressão de que aquele dia em que conversamos com a Kroll lá na sala da CPI, ela já tinha anunciado inclusive quais eram os ativos, que eram 12 pessoas, que já haviam localizado esses ativos no exterior e que o trabalho seguia. Passaram-se dois meses de lá para cá. Daquela reunião para cá foram 2 meses. Nós só ficamos sabendo que o Deputado Hugo Motta resolveu abrir e dar transparência à questão numa resposta aos nossos questionamentos da semana passada aqui.

Então, só para ter clareza: hoje temos 28 pessoas em delação premiada; a Kroll tinha por objetivo ter 15 investigados, os quais se transformaram em 12 e, depois, os jornais começaram a divulgar que eram só quatro...

Isso é uma loucura, porque o Deputado que participa da CPI não tem uma agenda de longo curso. Ou seja, vamos fazer uma programação detalhada.

Em segundo lugar, nós não conseguimos trazer para cá pessoas que realmente diriam algo. Por exemplo, vamos trazer o doleiro Lúcio Funaro. Ele tem muito para dizer, gente! Vamos trazer a ex-Deputada Solange Almeida. Ela tem muito para dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, conclua, por favor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu acho que não adianta nós pegarmos coisas laterais ou setoriais, porque isso vai esfriar a CPI. É essa a minha preocupação. Digo isso para a gente não chegar aqui e ter que dizer: *“A CPI está mais fria do que bafo de foca.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Muito bem. Vamos dar sequência aos trabalhos.

Retorno a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Primeiro, em relação à Kroll, acho que o Deputado Hugo Motta assumiu conosco um compromisso de, numa reunião interna, debater esse tema, o que deve ocorrer esta semana. Então, também não dá para sofrer por antecipação. Vamos aguardar a reunião que ele vai fazer internamente, onde serão esclarecidas essas dúvidas e esses questionamentos.



Só quero aqui dar um exemplo: a CPI tomou uma decisão de só ouvir o Ricardo Pessoa depois que nós tivéssemos acesso à delação que ele fez, e o Supremo negou o compartilhamento dos dados.

Então, nós estamos diante de um impasse: vamos chamá-lo, revendo a nossa posição de convidá-lo sem ter acesso à delação que ele fez, ou vamos discutir com os Ministros do Supremo esse compartilhamento?

Outro tema é o da acareação. Não ocorreu até o momento nenhuma acareação, mas não por falta de determinação do Presidente da CPI e de nenhum de seus membros. Isso ocorreu porque as pessoas convocadas conseguiram liminares que suspenderam a acareação. Então, nós também precisamos reconhecer que temos tido alguma dificuldade.

Nós fomos a Curitiba e voltamos de Curitiba não só com uma convicção não confirmada de que os doleiros teriam operado com recursos da corrupção, como também saímos com a dúvida de que eles poderiam ter também operado com recursos do narcotráfico. Esse é um viés que a Operação Lava-Jato ainda não aprofundou, mas nós saímos de lá com a convicção de que precisávamos nos atentar para este fato, que, se for real, é mais grave do que tudo que nós vimos até agora. Por isso, chegamos, inclusive, a um consenso em relação a esses requerimentos. Justiça seja feita, foi o Deputado Altineu que apresentou, porque, quando foi discutido, ele disse aqui: *“Então deixa que eu assino”*. Mas isso foi construído com vários diálogos, não foi iniciativa individual dele para que se convocassem essas pessoas. Mas isso precisa minimamente ser esclarecido.

Houve um determinado momento em que o Fernando Baiano era o centro do debate. Em Curitiba nós o convidamos. Ele optou por ficar em silêncio.

Então, eu tenho o maior respeito à imprensa. Ela está fazendo um papel importante, mas nós temos que considerar esses fatores. Eles são importantes, precisam ser considerados, mas nós não podemos nos pautar única e exclusivamente em dizer que isso aqui é o momento. Quer dizer, a nossa convicção de investigar se havia dinheiro do narcotráfico nessa operação já ficou vencida? Eu acho que não.

Então, eu estou aqui apenas relatando questões de convicções que nós passamos a aprofundar e dificuldades reais que estamos encontrando, para também



não nos martirizarmos aqui, pensando que todo mundo esteja querendo bloquear as coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Presidente, eu quero ir direto ao ponto. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Paulo: consta dos autos um registro de participação de V.Sa. na obra da adutora do COMPERJ, que foi, inclusive, objeto de ação de cartel. V.Sa. participou de alguma coisa relacionada à adutora do COMPERJ?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Desculpe, Deputado, mas eu não me lembro. Da adutora eu não me lembro. Eu não tenho...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há um convênio no qual V.Sa., juntamente com o Pedro José Barusco, solicitou autorização do Departamento de Engenharia para iniciar o processo de licitação.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - O.k. Eu posso responder?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Tem um processo... Como eu disse anteriormente, no ano de 2008 até... Quando eu assumi a Agência Executiva, na metade de 2008, até o final de 2009, quando foi criada a Agência Executiva de Programas de Investimento dentro da área de Abastecimento, a alocação dos recursos para a condução dos programas do COMPERJ, dos projetos do COMPERJ, ficava na área de Petroquímica. Esse é um dos contratos que foi assinado por mim junto com o Barusco no sentido... A Engenharia era a que propunha. A Engenharia selecionava empresas, e ela é que executava. A área de Negócios assinava o Documento Interno PETROBRAS junto, simplesmente no sentido de que... confirmando que o recurso existia. Eu não tenho a menor competência, nem a área que eu gerenciava, de selecionar, saber quem era, saber preço, etc. Isso tudo era conduzido pela área da Engenharia. Então, foi um documento que eu assinei em conjunto, certificando que existia ali o recurso e que esse era com a adutora, mas no Porto das Caixas, lá no COMPERJ, se não me engano. É um início de um processo licitatório entre várias empresas que estava sendo conduzido pela Engenharia.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Exa. também, inclusive, pediu autorização para ter acesso à lista das empresas que participariam... Deixe-me só colocar porque, como eu tenho... Vou fazer umas perguntas, e depois V.Sa. responde, porque senão acaba meu tempo e não consigo concluir.

Eu estou dizendo isso porque essa operação, essa licitação da adutora é aquela tradicional. A PETROBRAS levantava um orçamento, mas já sabia quais as empresas seriam convidadas. E, neste caso específico, quem ganhou foi a Construtora Odebrecht. Mas, de qualquer forma, naquele sistema em que as empresas... E V.Sa. mesmo solicitou ao próprio departamento de Engenharia a relação das empresas que participariam da licitação, e elas eram... Essas empresas tomavam conhecimento antes e faziam aquela planilhazinha, como um torneio de futebol, em que se fazia um sorteio, naquele momento, para saber quem é que ganharia, um esquema já organizado. Neste caso específico, quem ganhou foi a Odebrecht, num preço muito próximo daquilo que a PETROBRAS levantou.

Pelo menos, pode ser que, na época, V.Sa. não sabia, mas hoje V.Sa. já tomou conhecimento de que todas essas estações, com essas empresas, da forma como foi feita com essa adutora, foi carta marcada, ou seja, vasavam... E Barusco confessou aqui, inclusive, no seu depoimento, que as empresas tomavam conhecimento antes de quais eram as empresas e, entre elas, decidiam quem iria ganhar, e as demais apresentavam preços maiores para que aquela sorteada ou escolhida fosse a vencedora. E, nesse caso aqui, V.Sa., juntamente com Pedro Barusco, assinou este contrato, foi exatamente nesta operação.

V.Sa. sabia que Pedro Barusco recebia essas propinas no caso desta obra? Esse material, inclusive, foi encontrado numa operação da empresa LFSN Consultoria Engenharia S/S Ltda., de propriedade de Shinko Nakandakari, aquele que era um dos operadores do esquema Lava-Jato. V.Sa. tem conhecimento disso, dessa operação do Barusco?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi surpresa tomar conhecimento de que o Barusco recebia propina com relação a isso?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Foi surpresa, eu não... Eu não tinha conhecimento disso e digo para o senhor: o contrato não foi assinado por mim.



Os contratos todos, para execução de qualquer projeto desses, de construção, bens, montagens, (*ininteligível*), etc., eram assinados sempre pela área da Engenharia, eu não tinha competência para isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E o convênio? O convênio?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - O convênio eu não... Deputado, eu não...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu tenho aqui, olha:

*“Em atendimento ao convênio mencionado por intermédio da DIP Engenharia 125/2009, de 03/03/2009 (Anexo - 7.224), assinado pelos Gerentes Executivos da Engenharia e do Abastecimento Petroquímico de Fertilizantes, respectivamente, os Srs. Pedro José Barusco Filho e Paulo Cezar Amaro Aquino...”*

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Isso. Isso é um documento interno que deve ser o documento a que o senhor está se referindo de proposta para início de contratação. É como eu disse ao senhor: isso era juntamente com a área da Engenharia. A área de Negócios do Abastecimento tinha que garantir que, no plano de negócios da PETROBRAS, estava alocado o recurso para que aquela obra ou demais obras e projetos dentro do COMPERJ, especificamente, estariam garantidos. Então a Engenharia é que tinha toda a competência para selecionar empresas, determinar preços, se os preços eram de mercado ou não. Não havia e não há, dentro da área de Negócios, competência para esse tipo de questão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há inclusive aqui o referido DIP da Engenharia...

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - DIP, sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - ... 125/2009, de março de 2009, que “*solicita, ainda, autorização da autoridade competente para a lista de empresas selecionadas a participar do certame*”. Então eles mandavam a relação das empresas, e o Barusco, de uma forma combinada, vasava para essas empresas quais delas participariam. V.Sa. nunca tomou conhecimento disso?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu não tenho o mínimo de conhecimento disso, Deputado, e até seria interessante... No corpo do DIP, deve ter uma frase em que diz que os gerentes, dentro das suas áreas de atuação, estão de



acordo com isso. Solicitar lista de empresa não era da minha competência, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci e, antes de passar a palavra para o Deputado Leo de Brito, o próximo membro inscrito, o Deputado Luiz Sérgio solicita que se retome as questões como Relator.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Paulo César, quais são ou eram suas atividades no que se refere às obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o COMPERJ?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Pois não, Deputado. No que se refere à Refinaria Abreu Lima, não tinha nada a ver com a área de petroquímica. Então, eu não tinha o menor trato com esse projeto. No que se refere ao COMPERJ, como eu explicitiei anteriormente... O COMPERJ... É importante ressaltar, Sr. Deputado, que o projeto como um todo tinha três fases, ele foi dividido em três fases. A primeira era uma unidade de refino, a refinaria em si; a segunda era a primeira geração petroquímica; e a terceira, a segunda geração. A minha atividade, a atividade dentro da área da Agência Executiva de Petroquímica, no início, até a criação dessa Agência Executiva, como eu falei, de programas de investimento, os recursos ficavam alocados lá, nessa Agência Executiva. Porém, o grande trabalho que nós tínhamos e tivemos, durante todo o tempo em que eu estive lá — e, posteriormente, eu creio que continuou —, era a conformação das parcerias para a segunda geração; era a condição de trazer sócios para que o projeto de petroquímica da segunda geração começasse a ser uma realidade. Agora, tudo isso, no início, depende da matéria-prima que a Refinaria fazia. Agora, a Refinaria em si não tinha a ver com a petroquímica; não é um processo da área de petroquímica.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. tinha algum papel, ou teve algum papel nas licitações da obra e nos termos aditivos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não.

V.Sa. era subordinado direto do Paulo Roberto Costa?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Sim, senhor.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. responde, ou respondeu, a algum processo administrativo na PETROBRAS? Se afirmativo, do que se trata e qual foi o resultado desse julgamento?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, eu não tenho nenhum processo administrativo pelo qual eu tenha sido punido ou tenha alguma questão de estar. Eu fui incluído, o meu nome foi incluído na Comissão Interna de Apuração sobre o COMPERJ. E o meu nome foi incluído aí como sendo o corresponsável por não conformidade, entre elas, essa que o Deputado...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Izalci.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - ...Izalci há pouco tempo mencionou, que foi a proposta de início de contratação desse projeto da adutora do COMPERJ. Outro processo foi o processo de início de licitação da unidade de destilação a vácuo. E o outro processo, o processo de início de contratação do hidrocraqueamento catalítico, um com a empresa Alusa e o outro com o consórcio SPC, SPE, que é Skanska, Promon e ENGEVIX. Bem, volto a dizer: a minha participação nesse processo foi simplesmente assinar o documento interno da PETROBRAS, depois de ele aprovado na Diretoria, porque, de praxe, a área de negócios era obrigada, teria que assinar, garantindo que os recursos para que esse processo fosse adiante estavam garantidos no plano de negócios. Esses processos foram apresentados à Diretoria sem a minha participação. Posteriormente à aprovação na Diretoria-Executiva, retornou o documento com a aprovação, onde eu assinei. E o Gerente Executivo de Engenharia à época era o Sr. Pedro Barusco.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, V.Sa. foi citado num processo...

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Nessa Comissão Interna.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Numa Comissão Interna. Como andam esses processos? O senhor já apresentou a defesa? Eles foram arquivados? Como andam esses processos a partir da citação do nome de V.Sa.?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, essa Comissão Interna... Se eu não me engano, a finalização dela foi em novembro do ano passado. Ela foi apresentada à Diretoria, foi apresentada ao Conselho de Administração. Eu fui ouvido nessa Comissão, posso dizer aos senhores que não me foi perguntado nada com respeito a isso. Foi uma grande surpresa e decepção da minha parte essa



condição de ter não-conformidade em um processo que é reconhecido, onde, à época, a área de negócios assinava conjuntamente esses documentos para garantir que existia o recurso, e não a responsabilidade da área de negócio frente à contratação, seleção de empresa, comissão de licitação. A área de negócios não tinha essa condição. Bem, essa Comissão foi encerrada. Eu, como eu disse aos senhores agora, eu me aposentei. Na minha folha de registro de empregados não consta nenhum tipo de condição administrativa, punição ou qualquer coisa que seja. E assim foi feito. Então, eu não tive nenhum tipo de reprimenda, ou seja qual for a consequência sobre isso. Simplesmente, fui citado como corresponsável por uma não-conformidade, não-conformidade essa com que eu, particularmente, não concordo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Paulo Roberto Costa disse aqui que, em até um determinado cargo na PETROBRAS, a pessoa ia galgando pela sua capacidade, pela sua movimentação interna. A partir dali, teria que ter um apoio político, e que ele teria procurado, que isso teria sido o grande erro da vida dele. V.Sa. buscou apoio político, ou teve apoio político, ou teve a interferência política para ser o Gerente Executivo de Petroquímica PETROQUISA, na PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor. Eu não tenho nenhum contato com partidos políticos, e a minha carreira sempre foi técnica e totalmente dentro da PETROBRAS, sem nenhum tipo de — desculpe a palavra, mas... — apadrinhamento. Eu não tenho relação nenhuma com ninguém que possa ter tido esse tipo de postura. Acredito eu que todos os postos que eu assumi, tanto de gerência como outros dentro da PETROBRAS, sempre foram por algum reconhecimento à minha capacidade, à época, de conduzir esses projetos, esses processos e essas gerências.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, V.Sa., em novembro de 2013, deixou a função de Gerente Executivo para América Latina e foi incluído no programa de recolocação de executivos. V.Sa. poderia aqui explicar o motivo, a razão?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Sim, senhor. Em novembro de 2013, como eu disse, a ex-Presidente Graça Foster acumulava a Diretoria Internacional e, como o senhor pode notar, eu, quando assumi, quando voltei para a



Área Internacional, na gestão já da Presidente Graça Foster como também Diretora da Área Internacional, eu fui convidado por ela para assumir a Gerência Executiva Corporativa, permaneci por 15 dias e fui convidado a ser Gerente Executivo da América Latina. E, na minha opinião, por uma questão de reestruturação e da própria estrutura que a Presidente Graça Foster queria implementar à época dessa Gerência, ela me colocou no programa de realocação. E ela mesma, na época, me disse: *“Olha, você está saindo da Gerência Executiva e, futuramente, nós vamos realocar você”*. Se houvesse alguma restrição ao meu nome ou coisa dessa natureza, eu não entraria nesse programa, acho eu. E o fato é que, posteriormente a isso, ocorreram vários problemas e, dentre eles, até o escândalo posterior que foi o do Paulo Roberto Costa, etc. E acredito eu que essa foi uma condição imposta. Ela nunca me disse que havia alguma restrição ou que houve algum tipo de problema com a minha gestão no período em que eu trabalhei com ela.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. sai 15 dias depois de todo esse problema ser anunciado?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Desculpe-me, eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. ficou 15 dias nesse cargo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, não, Sr. Deputado, eu fui convidado por ela a assumir uma Gerência Executiva, que foi a Corporativa. Permaneci 15 dias e, a partir dela, ela me convidou para outra Gerência Executiva, que foi a da América Latina, em que eu permaneci por mais de 1 ano.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deixe-me entender uma questão aqui, porque eu acho que é um detalhe importante em relação ao fato de que o senhor foi citado na Comissão Interna. Só para ficar mais claro, a Diretoria Executiva estabeleceu lá o plano de investimento. Levou à Diretoria Executiva, que aprovou esse plano. Uma vez aprovado, mesmo sem a sua participação de gerente-executivo de petroquímica, sem a sua participação na diretoria, sem elaboração, V.Sa. é chamado a assinar, porque os recursos estão destinados nessa diretoria? É isso?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor. A questão é a seguinte, Deputado. A cada ano é obrigado a se fazer um plano de negócios. E os recursos para esse plano de negócios, na realidade, contemplam 5 anos, dividido a



cada ano o recurso necessário. Eu só gostaria de lembrar que, à época, eu acho que até 2012, 2013, a PETROBRAS chegou a ter um plano de negócios da ordem de 230 bilhões de dólares, para o período de 5 anos. O COMPERJ em si era um grande, um dos maiores projetos dentro da empresa. Então, o controle anual de quanto cada área, cada projeto ia desembolsar era importante ter. Isso ficava... É importante, a demanda é necessária para que se tenha o controle e a alocação adequada de verbas, inclusive a possibilidade de se perceber se algum projeto não está no andamento necessário e se deslocar a verba para não ficar subaproveitada. Então, a cada ano isso é visto. O que acontece é que, no ano, eu tenho a previsão de "x" bilhões de dólares, que fica a cargo da petroquímica para o projeto COMPERJ, por exemplo. E é por isso que eu era responsável. Então, quando sai um projeto licitado pela área de engenharia, é averiguado que determinado preço, determinado valor é o adequado, refere-se à área de negócios para garantir se aquele recurso existe, porque a área de engenharia daí vai assinar um contrato se comprometendo com aquele desembolso. Então, se não houver a garantia de que o recurso existe, há uma não conformidade, digamos assim, a esse processo. A área de negócios é que garante que o recurso existe e esse contrato que você está assinando vai ser suportado economicamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas é exatamente nesse ponto que eu gostaria de aprofundar, porque V.Sa. é o responsável por aquela rubrica e por aquele orçamento, porque está na sua área de negócios. Mas qual é a interferência de V.Sa. na decisão desse investimento e desse projeto? Nesse aspecto, a opinião de V.Sa., a interferência de V.Sa. era praticamente nenhuma?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não. Deputado, no projeto como um todo, já existiam as suas fases. Então, no caso específico, na unidade de refino do COMPERJ já havia todos os planos definidos, a engenharia básica o CENPES já havia feito, todos os detalhamentos dos grandes equipamentos, etc. Já havia um cronograma para isso. Então, o que acontece é que esse cronograma vai sendo implementado. No caso específico dessas não conformidades que me foram apontadas, eram grandes equipamentos. Inclusive, desde 2006, 2008, já havia a autorização da diretoria para que esses equipamentos e todos esses processos fossem em andamento. E eles fazem parte de um cronograma enorme, no qual cada



etapa vai sendo cumprida anualmente. Então, esse foi o caso específico. A unidade de destilação a vácuo, agora tem que ser colocada a licitação dela. Por questões de mercado, o preço foi averiguado pela engenharia, a engenharia viu que o preço está “x”, “y”, as empresas que vão concorrer são tais e tais, e esse processo é conduzido todo pela engenharia. Posteriormente, como a engenharia apresenta isso à diretoria e é aprovado, e faz parte de um cronograma e faz parte do plano de negócios, após a aprovação a área de negócios atesta que o recurso existe para isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mudando aqui um pouco de assunto, toda a operação que ocorreu e que envolveu o setor petroquímico, V.Sa. disse aqui que teve a aprovação do CADE, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, do Ministério Público de São Paulo e do Tribunal de Contas da União. Eu anotei corretamente? É isso mesmo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Desculpe, eu estava me referindo ao caso da petroquímica Triunfo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Triunfo. Isso.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - E o Tribunal de Contas, não. Só o Ministério Público, o CADE... E eu não lembro exatamente o outro órgão de controle que também aprovou. CADE, Ministério Público...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Acho que V.Sa. falou Ministério Público do Rio Grande do Sul e Ministério Público de São Paulo.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - É. E o Ministério Público de São Paulo. O TCU, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O TCU, não.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - O TCU aprovou. Tem... O que eu me lembro é que tem um despacho do TCU atestando a Suzano, mas eu não tenho detalhes e conhecimento suficiente para lhe dar detalhes sobre isso. O da Suzano é que foi o TCU.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O TCU, da Suzano. Então, só para deixar registrado, para que nós possamos — viu, Manoel — já ir preparando um ofício, solicitando esses pareceres.

E, para concluir, V.Sa. possui conta no exterior?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra ao próximo membro da Comissão inscrito, Deputado João Gualberto. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado João Gualberto, concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes. Quero fazer uma saudação também ao Sr. Paulo Cézar. Vou fazer algumas perguntas apenas.

O Relator fez algumas perguntas a respeito de se V.Sa. é investigado pelos órgãos internos da PETROBRAS. Queria saber se há alguma investigação contra V.Sa. nos órgãos de controle externo.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu não sei lhe dizer. Eu não tenho conhecimento disso, não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo. O Sr. Auro Gorentzvaig esteve aqui presente e fez um rosário de reclamações, o contencioso que a família dele tem relacionado à PETROBRAS, a reclamação da concentração do setor petroquímico no caso da Braskem, além dessa situação da Triunfo e também da Suzano.

Eu queria saber de V.Sa., que esteve ali próximo e entende muito dessa área, do setor petroquímico, se carecem de razão essas reclamações que são feitas, são aduzidas pelo Sr. Auro Gorentzvaig e se nesse procedimento todo houve alguma ilegalidade.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Pois não, Deputado. Primeiramente, existia uma... Uma... Vamos dizer assim — desculpe a palavra —, mas uma briga judicial da família Gorentzvaig, através da PETROPLASTIC, com a PETROQUISA, há 20 e tantos anos, 25 anos. É um assunto bastante extenso. Mas essa..., essa pendência judicial, essa briga foi até o ano de 2009, com a Triunfo, onde a PETROQUISA ganhou em todas as instâncias essas reclamações dele. Tanto é que o acordo entre os acionistas caiu, e nós pudemos fazer a incorporação da nossa parcela toda da Triunfo dentro da Braskem. E, como eu disse anteriormente, Deputado, o grande movimento dentro do plano estratégico da



PETROBRAS — que, se eu não me engano, lá no início dos anos 2000, começou a ser praticado — era a questão da formação. A PETROQUISA e a PETROBRAS detinham participações em diversas empresas do setor, porque, nos anos 70, quando foi criada a PETROQUISA e o processo petroquímico nacional, a PETROQUISA teve participações em várias empresas, e essa pulverização continuou. Nós chegamos a ter participações em mais de 30 empresas. Nos anos 90, com o Plano Nacional de Desestatização, começou-se a se vender, a sair dessas participações, e de algumas delas não foi possível, por vários motivos. Bom, já nos anos 2000, quando a PETROBRAS voltou à área petroquímica, a estratégia observada foi que os movimentos internacionais... Ocorreram verticalizações. As empresas começaram a se tornar muito mais verticalizadas. E verticalizadas quer dizer o quê? Desde a primeira geração até a segunda geração petroquímica. Ou seja, desde a matéria-prima até a formação dos produtos de segunda geração. E esse movimento criou grandes empresas, mais robustas e competitivas, dentro de um mercado que não pode ser considerado — o próprio CADE reconhece isso —, que não pode ser tratado como só um mercado nacional. O mercado petroquímico, pelas suas peculiaridades e características, é internacional. Então, por uma série de razões, nos anos 2000, nós começamos a sofrer aqui a chegada de produtos oriundos da Ásia, a preços muito mais competitivos. Então, a estratégia foi: vamos concentrar em empresas que tenham robustez e condições de competir. E essa pulverização a PETROBRAS diminui mais — quando falo PETROBRAS, entendam PETROQUISA, à época — e concentra essas participações de empresas com capacidade de terem essa competição. Foi o ato, foi o trabalho feito com a questão da Quattor, da criação da Quattor, e depois o nosso aumento de participação na BRASKEM. Quanto às irregularidades, eu desconheço, Deputado.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo.

A última pergunta, Presidente.

V.Sa. esteve muito próximo do Sr. Paulo Roberto Costa. Foram mais de 20 anos também na PETROBRAS. Ao longo desse período todo, especificamente neste período, neste último período, V.Sa. nunca teve conhecimento a respeito da prática de corrupção, de propina? Como é que o senhor recebeu — se tomou conhecimento depois — essa delação do Sr. Paulo Roberto Costa, essa descoberta da existência



de propina de uma pessoa da qual o senhor era subordinado, da qual o senhor estava tão próximo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, foi uma grande surpresa. Eu não posso falar em nome de colegas, mas foi uma grande surpresa geral entre as pessoas que conviviam próximos a ele, como eu, e na época os outros gerentes executivos também compartilhavam. Nós não sabíamos, não tínhamos ideia disso. A sensação é de uma tristeza profunda, uma decepção muito grande. Quanto às delações e todo esse escândalo que veio à tona, eu posso lhe afirmar que, para grande parcela dos colegas de dentro da PETROBRAS, foi uma surpresa muito grande. Não se sabia desse tipo de coisa. Foi através da Polícia Federal, da prisão do Paulo Roberto, posteriormente do Renato Duque e de determinados outros ex-funcionários, como Pedro Barusco, que causou uma enorme surpresa a todos, junto com tristeza e decepção.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Alberto Filho. Agradeço ao Deputado Leo de Brito.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Sub-Relator, Sr. Paulo César, nobres Deputados aqui presentes, eu os cumprimento.

Eu quero rapidamente fazer algumas perguntas. Na denúncia encaminhada pelo Sr. Auro Gorentzvaig ao Procurador-Geral da República há a acusação de que, no mesmo período em que a Petroquímica Triunfo foi entregue à Braskem, o Sr. Paulo Roberto Costa recebeu uma quantia de 23 de milhões em propinas depositadas em bancos suíços. O pagamento foi feito pela Odebrecht, sendo o Diretor de Plantas Industriais da empresa o Sr. Rogério Santos Araújo. V.Sa. tem conhecimento do pagamento de propinas a ele ou a outros funcionários da PETROBRAS em relação a essa negociação?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não senhor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Em denúncia encaminhada pelo Sr. Auro Gorentzvaig consta a seguinte informação: *“Que durante anos foram convidados a fazer parte de um esquema criminoso que funcionava na PETROBRAS; que os acionistas das empresas recebiam inclusive os dividendos em pagamentos por fora; que, por rechaçar a oferta ilegal, estes foram sistematicamente*



*atacados pela Presidência da República... Pela Presidência da PETROBRAS, aliás, através do Sr. Sérgio Gabrielli, pelo Diretor Paulo Roberto Costa e pelo Conselho de Administração, sob o comando da Dilma Rousseff; que todos faziam questão de ressaltar que tinham as costas quentes".* V.Sa. concorda que houve pressão política por parte, na época, do então Presidente Lula para o favorecimento de algumas empresas — neste caso, a Odebrecht — em negócio com a PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu desconheço, Deputado. Nunca sofri nenhuma pressão, seja do Diretor Paulo Roberto, ao qual eu era subordinado, ou alguém mais.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Mas sabia se tinha pressão a alguns outros...

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor. Eu não tinha conhecimento, nunca tive conhecimento, nunca me foi dito nada sobre isso.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Para concluir, Sr. Presidente. Terminando aqui o meu tempo, só vou indagar se V.Sa. tem conhecimento de que representantes dos grupos Suzano, Ipiranga, Unipar, Odebrecht tenham se beneficiado pessoalmente das ilegalidades dos negócios envolvendo a Petroquímica Triunfo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Desconheço, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO** - Está bom, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Alberto Filho.

Com a palavra o último membro da Comissão inscrito, o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, será uma fala rápida. Eu fiz um apanhado aqui. Nós tomamos o depoimento de 76 pessoas até agora. Desses, 21 não falaram. Dos 21 que não falaram, 6 fizeram delação premiada. Então, é óbvio que nós temos uma novidade jurídica que impacta no funcionamento da CPI. Alguns, que aliás já estão com requerimentos aprovados, nós nem chamamos, porque sabemos que não irão falar. Essas reuniões que nós temos, tanto amanhã quanto depois de amanhã, no Supremo, serão importantes para que nós possamos travar esse diálogo com a instância máxima do Judiciário brasileiro,



para ver de que forma podemos trabalhar e superar essa novidade, essa dificuldade, esse novo obstáculo.

Na semana passada, inclusive, fizemos uma sessão fechada para tentar criar uma nova referência jurídica para as CPIs, diante da negativa de delatores, da delação premiada, de não falarem aqui. Então, por mais que a gente queira que a imprensa noticie, nem todos os aviões caem. E a imprensa gosta de falar de avião que cai. Aquele avião que voa... Hoje eu estava na fila, no aeroporto, e havia 21 aviões para descer. Então, eles tiveram que ficar voando lá em cima. Como não faltou combustível a nenhum avião, a gente não ouviu nenhuma notícia de caixa-preta, de marca de fabricante de aviões em Brasília. Todos desceram direitinho.

Então, o nosso fazer aqui é exatamente ter essa paciência de ir avançando. Tivemos a boa nova, finalmente, da prorrogação do nosso prazo de funcionamento da CPI, o que nos permite reorganizar de fato a nossa estratégia por mais 60 dias para retomar algumas ações necessárias que temos que fazer. Agora, já com novo prazo de trabalho, de funcionamento, poderemos trabalhar em cima disso.

Enfim, eu queria só fazer uma pergunta ao Sr. Paulo César: essa questão da nafta é uma coisa gritante. É gritante o que aconteceu, o fato de haver supervalores na produção de nafta, o que provavelmente jogou lucros imensos para as petroquímicas, com uma boa participação de capital privado dentro delas, prejudicando a PETROBRAS, que é uma empresa pública da maior grandeza. Essas coisas não ocorriam no dia a dia, no fazer de vocês, da administração do setor da PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, desculpe-me, mas, como eu comentei anteriormente, dentro da área de abastecimento existem várias gerências executivas que tratam dos temas. O tema da nafta é tratado pela Gerência de Marketing e Comercialização. Esse processo de venda e de contratação é feito dentro dessa gerência. Então, eu não tenho elementos. Seria muito leviano de minha parte traçar qualquer tipo de comentário sobre isso. Eu não sei exatamente desse ponto, eu não sei comentar sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O Sr. Gorentzvaig realmente, quando veio aqui, soltou cobras e lagartos contra a gestão da PETROBRAS. É óbvio que pode ter exagero, pode ter disputa, pode ter um monte de subjetividade. O fato



é que havia um conjunto de irregularidades ali dentro. É difícil para a gente, que está de fora olhando, que nas reuniões de equipe, de diretoria, de gerências essas coisas não afluíssem, não viessem à tona nas conversas. Quem olha de fora vê a dimensão do problema. Nós falarmos aqui de um gerente com 97 milhões de dólares no exterior não é uma coisa corriqueira, não é uma coisa que as pessoas... É difícil não perceber a mudança no estilo de vida, o comportamento, o jeito de falar, as conversas de corredores. Então, para a gente fica muito difícil acreditar que essa coisa fosse de fato restrita a um pequeno grupo de servidores de carreira da PETROBRAS que estavam ali, que tinham um cargo de confiança e que tocavam isso sozinho.

Então, nesse sentido, para a gente que está aqui olhando, não só como Deputados, mas como cidadãos, olhando o processo, a dimensão disso tudo, não dá para acreditar. É difícil acreditar que pessoas que tivessem essa convivência dentro da PETROBRAS não percebessem essas questões todas. É difícil para a gente, é difícil mesmo. E a gente vê agora, por exemplo, o Paulo Roberto Costa, que foi o primeiro a delatar, falando de valores que ele movimentava por fora — os jantares, os carros, os iates, as viagens... Esse fazer não passava no dia a dia, não era comentado entre vocês? Vocês não tinham noção desse esquema todo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, eu, particularmente, não tinha. Só para citar ao senhor, a PETROBRAS é uma empresa muito grande. Eu não tinha relação pessoal... Eu nunca frequentei a casa do Sr. Paulo Roberto Costa, eu nunca frequentei a casa do Sr. Pedro Barusco. A relação dentro da empresa era institucional. Como eu disse, ela é muito grande. Então, dentro da minha área, eu tenho as pessoas que convivem comigo, eu trabalho com elas ali, etc.. Eu nunca percebi do Paulo Roberto Costa algum tipo de aparência ou demonstração de alguma questão de que tinha acordo com um ou com outro. E ele nunca, absolutamente nunca, durante o período em que eu estive à frente da Petroquímica, nenhum tipo de comentário a respeito disso ele tratou com a minha pessoa — nunca, absolutamente nunca!

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Deixe eu te fazer... Quando se estava definindo a planta do COMPERJ... O senhor nunca se envolveu na planta do COMPERJ, na definição da planta?



**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não. Como eu disse, Deputado, o COMPERJ, em si, cujo nome é Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Isso.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Bem, a primeira fase é uma refinaria. A segunda parte, que foi o grande trabalho que nós tentamos colocar em pé, era a parte petroquímica. A parte petroquímica, sim. Aí era o contato na necessidade de buscar sócios para implementar essa parte. E essa era a função da Petroquímica, não era função construir a refinaria; ela não tinha expertise.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor é engenheiro?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu sou geólogo de formação.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Geólogo? Deixe eu lhe falar, eu tenho bons amigos que se formaram na UERJ e trabalham na PETROBRAS, e são geólogos. E há uma propalada fama da capacidade técnica da PETROBRAS. E por que eu estou levantando isso? Nós estivemos no COMPERJ, e quando a gente vê o estudo inicial de produção de nafta, para depois abandonar, para montar um trem que fosse trabalhar com o gás que vem da Bacia de Macaé, do pré-sal, criando o gasoduto, a gente começa a questionar a capacidade técnica desse conjunto de pessoas. E eu não quero questionar a capacidade técnica desse conjunto de pessoas que trabalham muito bem.

Então, a outra conclusão a que se chega é que havia um grupo de pessoas — não só um, não só dois — com boa capacidade técnica que elaboravam maus projetos e que, no frígir dos ovos, criou uma miscelânea, e a PETROBRAS teve que reconhecer um prejuízo de 40 e tantos bilhões, agora, no balanço do exercício de 2014: 6 bilhões têm a ver com reconhecimento de desvio de corrupção; e 30 e tantos são questões que têm a ver com o preço, com manipulação de preço na bomba, subsídio disfarçado; e dentro disso aí, um bocado que tem a ver com prejuízos de projetos malfeitos, mesmo. O próprio COMPERJ, a gente lê que há estudos que estão dizendo que o COMPERJ nunca irá se pagar. Ele vai produzir, produzir, produzir, a PETROBRAS vai gerar ganhos e depreciar o patrimônio, e o que se gastou ali nunca será pago.

Eu não estou nem falando das questões dos sonhos que se..., das subjetividades, do desenvolvimento que se criou, da expectativa que se criou no



entorno ali de São Gonçalo, Itaboraí e tal, mas, tecnicamente, é um absurdo o que se fez ali, é uma aberração.

Então, o que eu falo é o seguinte: os senhores, formados em boas universidades públicas, geólogos, engenheiros, com reconhecida capacidade técnica, aprovados em concursos difíceis, com muitos candidatos, nunca perceberam esse conjunto de manipulação de projetos malfeitos que levariam a essa bancarrota, a essa situação em que se coloca hoje na PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, o Projeto COMPERJ iniciou-se — eu não sei precisar — a partir de 2003, 2004. Houve a ideia de se fazer um complexo petroquímico no Rio de Janeiro, e as empresas..., principalmente o Grupo UNIPAR participou dessa ideia inicial. E a ideia inicial era transformar o petróleo da Bacia de Campos, o petróleo Marlim, que à época tinha um desconto muito grande por não ser um petróleo conhecido no mercado — pesado, como o chamam, ou seja, a capacidade de produzir derivados mais leves é pequena —, e com esse desconto muito grande, fazer algum tipo de projeto, onde o petróleo Marlim se transformasse diretamente no petroquímico. Essa é uma tecnologia inovadora, trabalhou-se no CENPES com isso, e era a primeira ideia do COMPERJ ser isso. Então, seria uma unidade que praticamente não iria produzir derivados, e, sim, logo os petroquímicos — o eteno, o propeno, etc., que é a segunda..., os básicos petroquímicos. Essa ideia começou no COMPERJ e foi avançando. A questão é que, a partir daí, houve grandes mudanças do ponto de vista econômico no mundo inteiro e uma demanda enorme no Brasil por derivados — *diesel*, gasolina e querosene de aviação, que estariam dentro do *cracking*, estariam na segunda..., estariam alimentando o projeto petroquímico. Essa foi uma grande mudança. Então, voltou-se para um projeto de refinaria, entre aspas, “normal”, se usaria um pouco da nafta e, com a descoberta do pré-sal, o gás do pré-sal, ele poderia alimentar a segunda geração, a unidade petroquímica básica. Todo esse processo era econômico, ficava de pé, estava dentro de um cronograma exequível. Eu não tenho conhecimento e não posso lhe dizer nada mais do que aconteceu de 2012 para cá. À essa época em que eu estava à frente disso, dentro dessa concepção extremamente simplificada que eu estou relatando ao senhor, ele era factível, ele era viável.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, esgotou o meu tempo.

Então, só parablenizo os advogados — hoje é o Dia Nacional dos Advogados. Nós os parabenizamos, votando logo mais os destaques da PEC 443. Parabéns a todos os advogados!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Pansera.

O último membro inscrito é o Deputado Delegado Waldir, que terá 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a todos, uma boa-tarde!

Boa tarde, Sr. Paulo César. Eu gostaria de saber: quantos anos o senhor trabalhou na PETROBRAS?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Trinta e quatro anos e seis meses.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Por quanto tempo o senhor ocupou o cargo de Gerente-Executivo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Só da Petroquímica o senhor se refere, Deputado?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sim.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Quatro anos e alguns meses.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Qual foi a indicação política do senhor? Quem indicou o senhor para o cargo político?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu não tive nenhuma indicação política para o meu cargo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Nenhuma indicação política?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor sabia da indicação política do Barusco, do Paulo Roberto? Quem eram as pessoas que haviam indicado eles para os cargos?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não tinha conhecimento?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não tinha conhecimento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo. O senhor se aposentou em que ano?



**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Em 31 de julho deste ano, agora.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Deste ano? Qual era o salário? Qual era o salário do senhor?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - O salário de aposentado ou o salário...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Na PETROBRAS.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Na PETROBRAS, eu me aposentei com um salário bruto da ordem de 29 mil reais. Líquido, da ordem de 19 mil e 800 reais.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Dezenove mil e oitocentos reais. E o que é que o senhor faz hoje?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Sou aposentado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Só aposentado?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Graças a Deus!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não presta assessoria para nenhuma empresa, nada?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor disse que em uma oportunidade — em uma oportunidade, não sei se em mais de uma — teria utilizado um avião da Odebrecht. O senhor confirma isso?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Que avião era esse?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu não sei precisar o modelo do avião. Foi um avião que era da Odebrecht, vindo de Recife para o Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Em que ano foi isso?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Deputado, se não em falha a memória, 2009 — 2009, eu acho que era.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Em 2009?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu tenho dúvida se era 2009 ou 2010. Acho que era 2009.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo. Quem que estava junto com o senhor nesse voo?



**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Nesse voo estava o engenheiro Maurício Guedes, o Sr. José Lima Andrade Neto.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quem são essas pessoas?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Desculpe, são funcionários da PETROBRAS. Funcionários da PETROBRAS. E da Odebrecht, que veio junto, foi o Sr. Rogério Araújo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Rogério Araújo.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - E tinha mais uma pessoa, que eu não me lembro exatamente de quem era mas era funcionário da PETROBRAS também.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - E quem que providenciou esse avião para essa remoção de vocês?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Esse avião, ele estava disponível lá e, no final, como eu disse anteriormente, foi a inauguração de uma parte da obra da Petroquímica Suape. Eu acho que a parte de tecelagem da CITEPE, que é uma parte de dentro da Petroquímica Suape, com o Presidente Lula. Então, foi grande parte da diretoria da PETROBRAS, foi muita gente. No final do evento, foi oferecido pelo Sr. Rogério Araújo lugar no avião, que nós tomamos e viemos para não precisar ir para aeroporto etc. Foi uma facilidade oferecida.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Havia vários aviões lá nesse...

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu não sei dizer. Eu só sei desse.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Só desse. Outros agentes...  
Algum agente político que acompanhou vocês nesse voo?

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Altineu ainda deseja fazer alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, seria... A minha pergunta seria essa pergunta que o Deputado Waldir fez: quem eram os outros funcionários da PETROBRAS nesse voo?



Sr. Paulo César, porque o senhor há de convir que é muito estranho, não é? O Marcelo Odebrecht está preso. O Paulo Roberto Costa foi preso. Uma corrupção deslavada na PETROBRAS. E a área da Petroquímica não vai ficar fora disso.

Sinceramente, com todo o respeito que eu tenho ao senhor, o senhor é aposentado da PETROBRAS. Mas não me convence o senhor, com trinta e poucos anos de PETROBRAS, não saber de nada que aconteceu de ilícito na área petroquímica, já que é escancaradamente colocada para o Brasil toda essa corrupção que envolve Odebrecht, Braskem, Nafta, 5 milhões de dólares, Paulo Roberto Costa. O senhor fez parte desse jogo todo.

Então, inclusive o Rogério Araújo, que está preso também, que foi, inclusive, nessa... citado aqui por um colega Deputado aqui, anteriormente, que na época em que foram depositados os 23 milhões de dólares na conta do Sr. Paulo Roberto Costa foi a época dessa transação que foi feita da área Petroquímica da Triunfo. E o Sr. Rogério Araújo que pagou.

Então, essa é uma situação muito estranha. Eu não tenho nenhuma pergunta a mais para fazer ao senhor, mas lhe digo que o Sr. Paulo Roberto Costa virá aqui, as outras pessoas virão aqui, sob delação premiada, e eu vou questioná-los com muita determinação essa questão da área petroquímica, porque é impossível acreditar que o senhor não saiba de qualquer tipo de corrupção que aconteceu nessa área petroquímica da PETROBRAS.

Então, seriam essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não havendo mais inscritos para o debate, eu concedo a palavra ao depoente, para as suas considerações finais.

**O SR. PAULO CÉZAR AMARO AQUINO** - Eu agradeço aos senhores a oportunidade. E obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, antes de declarar encerrada a sessão, recebi uma ligação agora do Presidente Hugo Motta. S.Exa. estará chegando provavelmente amanhã, não mais hoje. Há algum impedimento que não permite que chegue hoje, mas ele está pedindo para comunicar aos membros da CPI que vai promover, na quinta-feira, vai encontrar um tempo na quinta-feira, para uma reunião interna da CPI da PETROBRAS para tratar do assunto da Kroll.



Lembrando que quinta-feira nós vamos ter três depoimentos. Então, S.Exa. vai ter que encontrar aí um determinado momento, Relator Luiz Sérgio, para se fazer essa reunião interna para tratar da questão da Kroll.

Lembrando também que nós temos aqui acareações pendentes a serem realizadas, e que, no primeiro semestre, nós tínhamos acareações entre o Pedro Barusco e o Renato Duque, entre o Pedro Barusco e o João Vaccari Neto, e o Augusto Ribeiro de Mendonça, o Renato Duque e o Vaccari, além da acareação também do Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa.

Mas, certamente, na quinta-feira, o Presidente Hugo Motta vai comunicar a pauta da próxima semana, incluindo, muito provavelmente, algumas dessas acareações.

Declaro, pois, encerrada a reunião.